CCI Informa

2021

Ano II – Edição 11 – novembro 2021

O presente material informativo da Auditoria Interna (CCI) tem o intuito de compartilhar conhecimentos e boas práticas em gestão pública com a comunidade da UFBA, tendo como principal fonte o Ementário de Gestão Pública – EGP.

Normativos

AFASTAMENTO PARA SERVIR EM ORGANISMO INTERNACIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 100, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec, quanto aos procedimentos a serem observados para a concessão do afastamento de servidores públicos, para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, de que trata o art. 96 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

RECESSO DE FIM DE ANO

PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 12.735, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.

ACESSO ÀS DECLARAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA

PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 12.421, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre o termo de autorização de acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) a ser firmado por agentes públicos federais em exercício nos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC e sobre o envio centralizado de tais autorizações ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Julgados, pareceres e súmulas

VIGÊNCIA CONTRATUAL

ACÓRDÃO Nº 2441/2021 – TCU – Plenário.

9.10. dar ciência (...) de que: (...)

9.10.2. a celebração de contratos com vigência e com efeitos financeiros retroativos e, por conseguinte, a realização de despesa sem cobertura contratual contrariam o princípio da legalidade, (...);

9.10.3. a celebração de contratos com pessoas físicas cuja duração exceda a sessenta meses afronta o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, [...]

LICITANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ACÓRDÃO Nº 18366/2021 – TCU – 2ª Câmara.

1.7.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que (...) adotem as medidas internas necessárias com vistas a evitar a repetição de falhas semelhantes à falha (...) sobre a vedação à participação de empresa em recuperação judicial, além das demais situações correlatas, em desacordo com a jurisprudência do TCU, pois seria possível a participação de empresa em recuperação judicial

amparada em certidão emitida pela instância judicial competente a certificar que a interessada estaria apta econômica e financeiramente para participar do procedimento licitatório; [...]

PESQUISA DE PREÇOS

ACÓRDÃO Nº 2645/2021 – TCU – Plenário.
1.6.2. Dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades/falhas, (...) para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: (...)
1.6.2.3. a pesquisa de preços realizada para fins de definição do orçamento estimativo da licitação, com uso exclusivo da pesquisa direta com fornecedores, afrontou o art. 66, §2º, inciso I, da Lei 13.303/2016, o art. 5º da IN Seges 73/2020 e o Acórdão 1.875/2021-TCU-Plenário; [...]

REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

ACÓRDÃO Nº 2557/2021 – TCU – Plenário.
1.7.1. dar ciência (...) que a revogação (...) foi irregular, pois não foi decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e sim por falha na elaboração do edital (termo de referência).

Informativos, atos e publicações científicas

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O planejamento de compras públicas com aplicação de ferramentas de gestão e qualidade.
Este estudo analisa o processo de elaboração de aquisições dentro de uma unidade das Forças Armadas. O objetivo é demonstrar as dificuldades encontradas com o pessoal envolvido, os retrabalhos e o tempo dispendido em 2020, e propor o emprego de metodologia e ferramentas de gestão e qualidade para os próximos processos.

QUALIDADE DE VIDA NO TELETRABALHO

Qualidade de Vida no Teletrabalho Obrigatório em Organizações Públicas: preditores individuais.
[...] a presente pesquisa, realizada com 5.695 servidores públicos brasileiros, busca identificar os níveis de Qualidade de Vida no Teletrabalho de teletrabalhadores obrigatórios de diferentes organizações públicas, bem como verificar a influência das características individuais e funcionais sobre as dimensões desse construto.